

NECROLOGIA

COIMBRA



Piedade dos Santos faleceu aos 95 anos. Viúva de Manuel dos Santos Claro Moço, residia em Mendes, Carnide. O funeral realiza-se amanhã, segunda-feira, da capela dos Mendes para o cemitério local. Trata a Funerária A Pombalense.

SOURÉ



Hermínio Albino Ferreira Rodrigues faleceu aos 76 anos. Solteiro, era natural de Gesteira e residia em Santo Isidro. O funeral realiza-se hoje, às 16h00, da capela de Santo Isidro para o cemitério da Gesteira. Trata a Agência Funerária Contente.

SOURÉ

Joaquim Ramos dos Santos (Pedrosa) faleceu aos 94 anos. Casado com Elvira Ramos Travassos, era natural e residente em Alfarelos. O funeral realiza-se hoje, às 15h00, da Igreja de Alfarelos para o cemitério local. Trata a Agência Funerária Rainha Santa Isabel.



Maria do Carmo da Fonseca Morais Gante faleceu com 79 anos. Natural de Vila Franca de Xira, residia em Casal do Barril, Souré e era viúva de António Gante. O funeral realiza-se hoje, pelas 16h00, na Capela do Casal do Barril para o cemitério local.

● Trata a Agência Funerária Lourenço.

TÁBUA



José Elmer da Fonseca faleceu com 94 anos. Viúvo de Lucinda de Oliveira Pinto Fonseca, era natural de Covas e residia em Vila Nova de Oliveira. O funeral realiza-se hoje, pelas 16h15, da Igreja Matriz de Vila Nova de Oliveira para o cemitério local. Trata a Agência Funerária Sérgio.



Maria da Conceição Mateus da Silva Tavares faleceu aos 82 anos. Viúva, era natural e residente em Ázere. O funeral realiza-se hoje, às 14h00, da igreja de Ázere para o cemitério local. Trata a Funerária Central Tabuense.

O Diário de Coimbra apresenta sentidas condolências às Famílias Enlutadas

NOVA PLAQUEMAR

CAMPAS • JAZIGOS • ARTE FÚNEBRE
REPARAÇÃO DE CAMPAS

Zona Industrial, Miranda do Corvo
968 602 274 | comercial@novaplaquemar.pt

Casas bem protegidas podem ser locais seguros face a fogos florestais

Investigação Cientistas definem melhores práticas para infraestruturas face a incêndios rurais. Projeto House Refuge é liderado pela ADAI



Projeto acompanhou a evolução de alguns fogos junto a edifícios

Casas bem protegidas e mantidas, com intervenções ao nível do edificado e nos terrenos adjacentes, podem ser locais seguros para a população face a incêndios florestais, concluiu um projeto dinamizado por investigadores da Universidade de Coimbra (UC).

Em declarações à agência Lusa, Miguel Almeida, investigador principal do projeto House Refuge, afirmou que as habitações tradicionais, quando bem concebidas e mantidas, podem servir como locais seguros em caso de incêndio, desde que rodeadas por áreas de gestão de combustíveis adequadas.

O investigador do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da ADAI (Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial), criada há mais de 30 anos no departamento de Engenharia Mecânica da UC, notou, nesse âmbito, que uma das componentes do projeto passou por estudar a gestão dos combustíveis na envolvente às construções.

«O que a legislação obriga é que haja [em redor das habitações] uma faixa de gestão de combustíveis. Não é uma faixa sem combustíveis ou de corte de combustíveis», notou Miguel Almeida.

O investigador explicou que estas áreas devem, assim, possuir espécies vegetais – cumprindo as normas que preveem uma distância de cinco metros entre cada copa de árvore, que duplica para dez metros no caso de pinheiros ou eucaliptos – para que as casas não estejam em campo aberto face a uma zona florestal envolvente, o que, a acontecer, é prejudicial, pois aumenta o risco de virem a ser atingidas pelos incêndios, pela projeção de fagulhas.

Lembrou, a esse propósito, que, nos incêndios de 2017, num estudo elaborado pela ADAI, verificou-se que cerca de 61% das habitações atingidas não o

foram porque as chamas tivessem chegado a essas casas, mas antes pelas projeções de partículas incandescentes, que acabaram por destruir edifícios imparados para resistir a incêndios, muitas vezes entrando pelos telhados. «Essas fagulhas são transportadas porque há turbulência na vizinhança das construções», notou Miguel Almeida, reafirmando que a existência de árvores, conforme as normas, em redor do edificado, permite reduzir essa turbulência e diminuir o risco de as fagulhas serem transportadas e cair em partes mais vulneráveis das casas.

Os investigadores analisaram ainda que tipo de árvores deve estar na envolvente do edificado, levando, segundo o especialista da ADAI, a que o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas tivesse alterado uma determinação que excluía árvores de jardins ou vegetação agrícola das normas de espaçamento entre copas.

«Temos vegetação que é mais ou menos inflamável e vegetação que tem um potencial maior ou menor de libertação de partículas incandescentes», disse Miguel Almeida.

Revelou que a investigação

compilou uma lista de mais de duas dezenas de árvores e arbustos que, na sua opinião, deviam ser banidas de jardins de habitações localizadas em área de perigosidade acrescida de incêndios florestais, por possuírem «perigosidade associada muito superior a um pinheiro ou eucalipto».

Projeto House Refuge alcançou avanços significativos, incluindo a compilação de legislação

O projeto propôs ainda «abordagens mais flexíveis» e eventuais alterações à legislação que visa a criação de faixas circulares de gestão de combustíveis – raio de 50 metros em redor de casas isoladas e 100 metros à volta de aldeias – notando que a eficiência dessas medidas depende, também, da topografia do terreno e da perigosidade do local.

«Uma casa que fica numa encosta está mais vulnerável a um fogo que venha de baixo para cima, do que um que progreda em sentido contrário», argumentou Miguel Almeida, alegando que, nesse caso, uma configuração em elipse da faixa

de proteção poderá oferecer uma proteção mais eficaz do que uma circular.

A defesa das populações face aos incêndios rurais passa, também, pela necessidade de existirem sistemas de energia autónomos, intervenções no edificado e novas práticas construtivas, com utilização de aspersores de água nos telhados e em redor das casas, o uso de telas ignífugas em pavimentos, bem como a instalação de uma rede de retenção de fagulhas por debaixo das telhas, em casas que não possuem placa de betão, esta uma medida que mesmo que não permita anular totalmente o risco das partículas entrarem, reduz consideravelmente esse perigo, observou o investigador da ADAI.

O House Refuge também abordou o mercado dos seguros de cobertura do risco de incêndio, evidenciando a necessidade de reformas no setor e o projeto, que já terminou, resultou ainda na compilação de diversos documentos e livros técnicos e científicos, também com instruções sobre as medidas de autoproteção das populações, disponíveis na internet em <https://houserefuge.adai.pt/resultados/>.